



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9288 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

DISCURSOS SOBRE AVALIAÇÃO E ACCOUNTABILITY NAS REVISTAS DOS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO ESTADUAIS PRODUZIDAS PELO CAED

Maria Angela Alves de Oliveira - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Ana Lucia Felix dos Santos - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

DISCURSOS SOBRE AVALIAÇÃO E *ACCOUNTABILITY* NAS REVISTAS DOS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO ESTADUAIS PRODUZIDAS PELO CAED

RESUMO: Este trabalho foca na *accountability* educacional presente nas políticas de avaliação dos estados na Região Nordeste do Brasil e toma como objeto de reflexão o protagonismo do Centro de Políticas Públicas e Avaliação Educacional (CAED) na condução de tais políticas. Realiza uma análise do discurso das Revistas dos Sistemas de avaliação estaduais, buscando captar as concepções sobre avaliação e *accountability*. Os resultados revelam que o discurso presente nas Revistas contribui para a concepção de *accountability* com feições voltadas ao controle e à regulação dos processos educativos escolares, afastando-se de uma visão mais democrática do termo.

Palavras-Chave: Avaliação Educacional. *Accountability*. Discurso. Região Nordeste.

1 INTRODUÇÃO

Avaliação, prestação de contas e responsabilização são conceitos que vêm compondo o cenário dos modelos de *accountability* educacional hoje no Brasil, que trazem em sua centralidade avaliações promovidas por exames em larga escala. Tal cenário segue a mesma lógica de outros países que aderiram ou que se submeteram à lógica concorrencial das políticas de cunho neoliberal no tratamento das suas políticas educacionais (AFONSO, 2000).

Tomando como modelo o sistema de avaliação nacional que abarca a educação básica, com destaque para o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), a maioria dos estados brasileiros implantaram seus sistemas próprios de avaliação em larga escala no âmbito das suas políticas para a educação básica. Por outra parte, é possível evidenciar o protagonismo do Centro de Políticas Públicas e Avaliação Educacional (CAED) na implantação dos sistemas próprios de avaliação nos seguintes estados nordestinos: Alagoas (Sistema de Avaliação de Aprendizagem da Rede Estadual de Ensino de Alagoas - AREAL), Ceará (Sistema de Avaliação Permanente da Educação Básica - SPAECE), Paraíba (Sistema de Avaliação da Educação da Paraíba - AVALIANDO IDEPB), Pernambuco (Sistema de

Avaliação Educacional de Pernambuco - SAEPE), Piauí (Sistema de Avaliação Educacional do Piauí - SAEPI) e Rio Grande do Norte (Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar - RN APRENDE).

Uma das estratégias de fortalecimento e registro dessas políticas consiste na publicação de revistas do sistema de avaliação que são produzidas pelo CAED junto às secretarias estaduais de educação. Estas Revistas estão disponíveis digitalmente na sessão de 'Coleções' do sítio Portal da Avaliação [\[1\]](#) e versam sobre concepção, metodologia e resultados da avaliação, voltadas aos gestores e professores, por modalidade de ensino e disciplina.

Nosso objetivo nesse trabalho é realizar uma análise do discurso de tais revistas, no sentido de captar as concepções sobre avaliação e *accountability*.

Para tanto, valem-nos da Teoria Social do Discurso de Norman Fairclough (2012), a partir da categoria de análise 'interdiscursividade', buscando o desvelamento da configuração de práticas discursivas e na relação entre elas nos textos das revistas dos sistemas de avaliação estaduais acima citadas. Ou seja, por meio da intertextualidade, explicitação da ligação entre outros textos, e interdiscursividade, que diz respeito a relações entre formações discursivas ou mais genericamente, entre diferentes tipos de discurso.

2 SISTEMA DE AVALIAÇÃO ESTADUAL: TENDÊNCIAS E CONTEXTOS

Até os anos de 2018, dos sete estados nordestinos que possuíam sistemas próprios de avaliação (AL – CE – MA - PB – PE – PI – RN), seis desenvolvem seus sistemas próprios de avaliação na educação básica sob assessoria do CAED, a exceção é o estado do Maranhão. Ball (2006), afirma que uma das formas de governança do Estado neoliberal, é constituir-se em um contratante, movimento em que o mesmo estabelece metas, assume o papel de monitor e financiador em relação a fornecedores novos e diversos. Nesse espaço, a política vira uma "*commodity*", ou seja, algo para comprar e vender, de modo que companhias de conhecimento estão no coração desse processo, como consultores, avaliadores e formuladores de políticas, a exemplo do CAED que tem desenvolvido assessoria para a implementação dos sistemas de avaliação estaduais da educação básica.

Afonso (2013) ao discutir as três fases do “Estado-avaliador”, destaca a intervenção de agências autônomas ou de direito privado e a expansão da implantação das políticas de avaliação e *accountability*, vinculadas à ideologia neoliberal e neoconservadora, no âmbito do ensino básico, o que vem reforçar a afirmação de Ball (2006) acerca da forte atuação de instituições externas ao estado nacional e/ou aos estados subnacionais nos processos de avaliação e *accountability*.

Como assinala Dias Sobrinho (2004, p.708): "[...] as avaliações protagonizadas pelos governos sejam quase exclusivamente externas, somativas, focadas nos resultados e nas comparações dos produtos e se realizam ex post". O autor alerta que esse cenário de centralidade da avaliação, ancorado no tecnicismo, tem como intencionalidade primordial a prestação de contas de informações "confiáveis" e "precisas", bem como objetiva fornecer instrumentais aos governos e ao mercado, com vistas a permitir o controle e a orientação das políticas e programas em educação.

Nessa perspectiva do controle e do monitoramento, o CAED atua por meio de sistemas de gestão, formação e produção de conteúdo, a exemplo do amplo banco de dados com registros dessas políticas e sistemática publicação de revistas com as informações dos sistemas de avaliação estaduais. Além da implementação dos sistemas de avaliação em larga escala, disponibiliza dois sistemas de gestão aos estados sob a sua assessoria. Um deles é o SisLAME (Sistema de Administração e Controle Escolar}, que focaliza a gestão e o controle

escolar (diário de classe on line, migração de dados para o Censo Escolar, outros), com a utilização do *Business Intelligence* [2]. Já o SIMADE (Sistema Mineiro de Administração Escolar), concentra-se na administração escolar, centralizando as suas informações.

3 REVISTA DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE ESTADOS NORDESTINOS: DICURSOS SOBRE AVALIAÇÃO E *ACCOUNTABILITY*

A escolha pela revista do sistema de avaliação para a análise do discurso se justifica pelas orientações oficiais que ela articula, em direção aos gestores educacionais, agentes locais, que atuam na implementação da política de avaliação da educação básica. Como já dito, fazem parte da coleção de revistas produzidas pelo CAED e veiculadas para as redes de ensino estaduais.

A análise aqui realizada considerou seis exemplares da revista do sistema de avaliação, um por estado no período de cinco anos (2014 a 2018), buscando investigar os discursos mais recentes, ao mesmo tempo que faz uma alternância dos anos (SPAECE – 2014; AREAL, SAEPE, AVALIANDO IDEPB – 2015; SAEPI – 2016 e SIMAIS – 2018).

Na sessão de apresentação das revistas do sistema, o discurso relativo aos sistemas de avaliação estaduais é identificado com a realização de um diagnóstico, ao afirmar que “[os] dados coletados formam um conjunto de informações importantes que são mensuradas e analisadas, compondo um diagnóstico do desempenho das escolas da rede pública estadual [...] (REVISTA DO SISTEMA AVALIANDO IDEPB, 2015, p.4). Os sistemas de avaliação estaduais vão sendo justificados como diagnóstico para aferição da qualidade da educação, assim “[...] o SAEPE tem o intuito de apresentar um diagnóstico da qualidade da educação no Estado, aos gestores e professores da rede estadual e das redes municipais de Pernambuco” (REVISTA DO SISTEMA SAEPE, 2015, p. 5).

O sentido do discurso em torno do diagnóstico se expande para justificar a instalação de uma “cultura de avaliação”, ao afirmar que “[...] esse sistema tem o objetivo de oferecer subsídios para diagnosticar, monitorar e otimizar a rede pública de ensino, consolidando-se em uma cultura avaliativa nas instituições de ensino público” (REVISTA DO SISTEMA SPAECE, 2014, p.5).

A narrativa que passa a ser naturalizada nas instancias da educação estadual, por meio das Revistas, considera a avaliação em larga escala como uma prática incontestável e indiscutível, ressaltando que “[...] ganhou força no Brasil na década de 1990, acompanhando uma tendência internacional relacionada ao monitoramento da qualidade da educação pública ofertada” (REVISTA DO SISTEMA SPAECE, 2014, p. 10). Legitimada entre os espaços governamentais, acadêmicos e políticos, considera que “[...] falar sobre avaliação educacional no Brasil, após vinte anos de implementação do Saeb, não se trata mais de uma novidade” (REVISTA DO SISTEMA SAEPE, 2015, p. 10).

A narrativa da avaliação como cultura para o diagnóstico e para o monitoramento vai tecendo um reescalonamento das características de um ‘gestor educacional’ para um ‘sujeito produtor-gestor’, interveniente e responsável pela avaliação dos alunos, pela definição dos critérios e pela divulgação, objetivando “[...] encontrar mecanismos que sejam eficazes no processo de apropriação e uso das informações por parte das escolas” (REVISTA DO SISTEMA SAEPE, 2015, p. 11). Torna-se, assim, a peça principal do processo de tomada de decisões com base em informações objetivas, ao considerar que “[...] ajudam a identificar problemas na rede e, a partir disso, decisões podem ser pensadas, e justificadas, com base no uso desses resultados” (REVISTA DO SISTEMA AREAL, 2015, p. 12).

O desempenho escolar ganha visibilidade, daí um maior controle sobre os conteúdos

curriculares e sua avaliação, bem como a adoção de teorias e técnicas gerenciais próprias do campo da administração de empresas, como fica explícito no trecho abaixo:

Com o cálculo e a divulgação dos indicadores de desempenho, a avaliação somativa permite situar e informar às escolas se houve avanço efetivo na qualidade da educação, pois possibilita a comparabilidade dos dados de toda a rede de ensino ao longo do tempo, em série histórica. (REVISTA DO SISTEMA RN Aprende, 2018, p. 44).

Nesse sentido, os achados da investigação corroboram com Schneider e Nardi (2014) ao conceberem que o conceito de *accountability* é afetado por essa relação da avaliação para o diagnóstico e monitoramento, a partir da criação do IDEB, como “força motriz” para o desenvolvimento de políticas da Educação Básica nos estados subnacionais, sob as orientações do CAED.

4 À GUIZA DE CONCLUSÃO

A intertextualidade revela uma estratégia de mudança do discurso sobre a educação, visando promover uma ideia de que o melhoramento do sistema educacional, mais especificamente, da qualidade das aprendizagens dos alunos, dá-se por meio do sistema de avaliações em larga escala.

A avaliação, nesse sentido, é reescalada como instrumento para ajustar processos e resultados, oferecendo diagnóstico confiável. Desse modo, o discurso ganha um tom político, o qual lhe confere poder persuasivo ao representar a ideia de que são as avaliações que vão parametrizar uma gestão competente, para, assim, engajar os gestores educacionais no universo em que vigoram a concepção e a metodologia norteadoras das avaliações em larga escala. Ressalta Fairclough (2012) que “[...] língua e semiose têm uma considerável importância na reestruturação e reescalonamento do capitalismo” (p. 315).

Esse discurso colonizador da avaliação educacional, com base nas informações objetivas e fidedignas da avaliação em larga escala, atua no sentido da reestruturação da atuação do gestor educacional pela inculcação de novas formas de agir e interagir com as informações elaboradas pelo CAED nas revistas do sistema de avaliação, que contribui para a concepção de *accountability* com feições voltadas ao controle e à regulação dos processos educativos escolares, afastando-se de uma visão mais democrática do termo.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional: regulação e emancipação para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Mudanças no Estado-avaliador: comparativíssimo internacional e teoria da modernização revisitada. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 53, p.267-284, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n53/02.pdf>. Acesso em: 19 de mar. 2019.

BALL, S. J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. **Currículo sem Fronteiras**, [S. l.], n. 2, v. 6, p.10-32, jul./dez. 2006. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org. Acesso em: 12 jun. 2010.

CAED INSTITUCIONAL. Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 23 maio 2021. Disponível em:

<http://institucional.caed.ufjf.br/>. Acesso em: 23 mai. 2021.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria?. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 88, p. 703-755, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302004000300004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 02 fev. 2019.

FAIRCLOUGH, N. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. **Linha d'Água**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012.

REVISTA DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO. Paraíba: SEDUC, CAED, 2015-. ISSN 2316-7610. Versão *Online*: Disponível em: <http://www.avaliacaoparaiba.caedufjf.net/colecoes/2015-2/>. Acesso em: 4 fev. 2019.

REVISTA DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO. Pernambuco: SEDUC, CAED, 2015. ISSN 1948-560X. Versão *Online*: Disponível em: <http://www.saepe.caedufjf.net/colecoes/anos-anteriores/>. Acesso em: 4 fev. 2019.

REVISTA DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO. Alagoas: SEDUC, CAED, 2015. ISSN 2317-2126. Versão *online*. Disponível em: <http://www.areal.caedufjf.net/wp-content/uploads/2016/04/AL-AREAL-2015-RS-RE-WEB.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2019.

REVISTA DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO. Ceará: SEDUC, CAED, 2014. ISSN 1982-7644. Versão *Online*. Disponível em: <https://spaece.caedufjf.net/colecao/anos-anteriores/>. Acesso: 8 mai. 2021.

REVISTA DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO. Rio Grande do Norte: SEDUC, CAED, 2018. CDU 373.3373.5:371.26(05). Versão *Online*. Disponível em: <https://simais.caedufjf.net/wp-content/uploads/2019/06/SIMAIS-2018-RS-WEB-1.pdf>. Acesso em: 8 mai. 2021

SCHNEIDER, M. P.; NARDI, E. L. O IDEB e a construção de um modelo de accountability na educação básica brasileira. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, Portugal, v. 27, n. 1, p. 7-28, 2014. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872014000100002. Acesso em: 03 fev. 2019.

[1] <https://portalavaliacao.caedufjf.net/>

[2] *Business Intelligence* é o nome utilizado pelas empresas para definir um conjunto de estratégias que envolvem a captura e a análise de dados para processos de tomada de decisão. Disponível em: <https://introduceti.com.br/blog/o-que-e-bi-business-intelligence/>. Acesso em: 10 jul. 2019.